



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros**

1405

**Embargos de Declaração na**

**0293942-6**

**Apelação Criminal nº:**

**Comarca Origem:**

**Caruaru – 3º Vara Criminal**

**Embargantes:**

**Manoel Teixeira de Lima**

**José Amauri Bezerra Júnior**

**Embargado:**

**Ministério Público do Estado de Pernambuco**

**Relator:**

**Des. Mauro Alencar de Barros**

**Órgão Julgador:**

**2ª Câmara Criminal**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CRIMINAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE INEXISTENTES. LEI Nº 8.666/93. DECISÃO DESTE TRIBUNAL QUE MANTEVE A CONDENAÇÃO DOS APELANTES, DANDO PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO DE MANOEL TEIXEIRA. EXTEMPORANEIDADE NÃO OBSERVADA. EMBARGOS CONHECIDOS. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. DECISÃO UNÂNIME.**

1. Apesar de o presente Recurso ter sido, de fato, interposto antes da publicação da decisão ora combatida, devido à mudança de entendimento dos nossos Tribunais Superiores, é de se conhecer os presentes Embargos de Declaração em respeito ao instrumentalismo processual.
2. Apesar de os embargantes defenderem que existe omissão, contradição e obscuridade no julgado ora questionado, vê-se que, na própria decisão embargada, restaram observados argumentos que analisaram todos os pontos ventilados.
3. Ademais, apesar de ter sido invocadas possíveis obscuridades e contradições, estas não foram expressamente detalhadas nos Aclaratórios.
4. Constatou-se que pugnam os acusados pelo reexame da matéria já apreciada por este órgão colegiado, quando do julgamento da apelação, como bem ressaltou a D. Procuradoria de Justiça, em ambas as contrarrazões apresentadas.
5. Omissões, contradições e obscuridades não observadas.
6. À unanimidade, rejeitaram-se os presentes embargos declaratórios.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de embargos de declaração nº 0293942-6, em que figuram, como embargantes, Manoel Teixeira de Lima e José Amauri Bezerra Júnior e, como embargado, o Ministério Público Estadual, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em rejeitar os presentes

4



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros**

2406

embargos declaratórios, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 25 de setembro de 2013.

**Des. Mauro Alencar de Barros**  
**Relator**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros*

3407

**Embargos de Declaração na**

**0293942-6**

**Apelação Criminal nº:**

**Comarca Origem:**

Caruaru – 3ª Vara Criminal

**Embargantes:**

Manoel Teixeira de Lima

José Amauri Bezerra Júnior

**Embargado:**

Ministério Público do Estado de Pernambuco

**Relator:**

Des. Mauro Alencar de Barros

**Órgão Julgador:**

2ª Câmara Criminal

**RELATÓRIO**

Cuida-se de recursos de Embargos de Declaração opostos por MANOEL TEIXEIRA DE LIMA e JOSÉ AMAURI BEZERRA JÚNIOR em face do acórdão proferido por esta 2ª Câmara Criminal que, por unanimidade de votos: rejeitou-se a preliminar de nulidade do processo, e no mérito, também, unanimemente, negou-se provimento ao recurso de JOSÉ AMAURY, e deu-se parcial provimento à apelação de MANOEL TEIXEIRA, para fixar o regime aberto para o início do cumprimento da pena, e substituir a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, contra a decisão do MM Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru que, julgando procedente a denúncia os condenou, respectivamente, a pena de 03 (três) anos e 08 (oito) meses de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa, e a pena de 03 (três) anos de reclusão e 150 (cento e cinquenta) dias-multa, por infringência ao art. 89, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

My



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros

2408

Aduz o embargante MANOEL TEIXEIRA DE LIMA que o acórdão prolatado por esta Segunda Câmara Criminal omitiu-se quanto às teses levantadas pelo então apelante, tais como: "infrigência do PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE DAS LEIS PENAIIS, onde requer a NULIDADE da Ação Penal apelada por não ter sido aplicado ao presente caso o Decreto 201/67 em primeira preliminar; em segunda preliminar sustentou a tese de ATIPICIDADE DA CONDUTA DO APELANTE, por estarem presentes os requisitos da INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO; por fim, requereu a absolvição do Apelante por não haver indícios suficientes e provas concretas que o Apelante AGIU COM MÁ-FÉ, DOLO e que CAUSOU DANO AO ERÁRIO PÚBLICO (...)"

Argumentou que "(...) no caso em exame, e omitido no respeitável acórdão foi não observância do contrato precário realizado entre o ente municipal e um particular, pois a linha de ônibus concedida era da zona rural, pois a mesma já funcionava há muitos anos, resta inviabilizada a idéia, na medida em que não se trata de hipótese de contrato precário entre os interessados, sendo de todo aplicável a hipótese de inexigibilidade de licitação".

Com relação ao segundo Embargando, JOSÉ AMAURY BEZERRA JÚNIOR, sua oposição cingiu-se a questionar possível omissão do acórdão embargado no tocante ao erro de proibição explicitado no recurso apelatório manejado pela defesa deste.

Em sede de contrarrazões, o representante ministerial, quanto aos Embargos Declaratórios do primeiro embargante, pugnou pelo não conhecimento ante a sua extemporaneidade e, no mérito, pela sua rejeição. Com relação ao segundo recurso, opinou por sua rejeição.

MY



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros*

Shog

É o que se tinha para relatar.

**VOTO**

Inicialmente, por ter havido manifestação do representante ministerial pelo não conhecimento dos Embargos de Declaração manejados pelo Embargante Manoel Teixeira, passo a me pronunciar quanto à matéria.

Como mencionado pela D. Procuradoria, em suas Contrarrazões, de fato, os Aclaratórios, foram opostos antes da publicação da Decisão ora combatida.

E, como cediço, até pouco tempo atrás, outro não era o posicionamento dos nossos tribunais superiores se não, considerar os recursos interpostos antes da publicação da decisão a ser questionada extemporâneos, o que, via de consequência, não permitia o seu conhecimento e processamento.

Ocorre que tal linha de raciocínio vem sofrendo mudanças perante nossas Cortes Superiores.

Como veremos do julgado abaixo transcrito (STF - HC nº 101132 ED, Relator: Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 24/04/2012), por uma questão de respeito ao princípio da instrumentalidade das formas, por uma questão de instrumentalismo processual, é de se ter em mente que os princípios devem ser sempre interpretados da forma mais favorável ao acesso à justiça, logo, não se pode entender pelo não conhecimento de um recurso somente porque a parte se antecipou a publicação da decisão que se pretende questionar.

Vejamos.

MX



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros**

**Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO INTERPOSTO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO. CONHECIMENTO. INSTRUMENTALISMO PROCESSUAL. PRECLUSÃO QUE NÃO PODE PREJUDICAR A PARTE QUE CONTRIBUI PARA A CELERIDADE DO PROCESSO. BOA-FÉ EXIGIDA DO ESTADO-JUIZ. DOUTRINA. RECENTE JURISPRUDÊNCIA DO PLENÁRIO. MÉRITO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E REJEITADO.**

**1. A doutrina moderna ressalta o advento da fase instrumentalista do Direito Processual, ante a necessidade de interpretar os seus institutos sempre do modo mais favorável ao acesso à justiça (art. 5º, XXXV, CRFB) e à efetividade dos direitos materiais (OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo. In: Revista de Processo, São Paulo: RT, n.º 137, p. 7-31, 2006; DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. 14ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009; BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Efetividade do Processo e Técnica Processual. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010).**

**2. "A forma, se imposta rigidamente, sem dúvidas conduz ao perigo do arbítrio das leis, nos moldes do velho brocardo dura lex, sed lex" (BODART, Bruno Vinícius Da Rós. Simplificação e adaptabilidade no anteprojeto do novo CPC brasileiro. In: O Novo Processo Civil Brasileiro – Direito em Expectativa. Org. Luiz Fux. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 76).**

**3. As preclusões se destinam a permitir o regular e célere desenvolvimento do feito, por isso que não é possível penalizar a parte que age de boa-fé e contribui para o progresso da marcha processual com o não conhecimento do recurso, arriscando conferir o direito à parte que não faz jus em razão de um purismo formal injustificado.**

**4. O formalismo desmesurado ignora a boa-fé processual que se exige de todos os sujeitos do processo, inclusive, e com maior razão, do Estado-Juiz, bem como se afasta da visão neoconstitucionalista do direito, cuja teoria proscreve o legicentrismo e o formalismo interpretativo na análise do sistema jurídico, desenvolvendo mecanismos para a efetividade dos princípios constitucionais que abarcam os valores mais caros à nossa sociedade (COMANDUCCI, Paolo. Formas de (neo)constitucionalismo: un análisis metateórico. Trad. Miguel Carbonell. In: "Isonomía. Revista de Teoría y Filosofía del Derecho", nº 16, 2002).**

**5. O Supremo Tribunal Federal, recentemente, sob o influxo do instrumentalismo, modificou a sua jurisprudência para permitir a comprovação posterior de tempestividade do Recurso Extraordinário, quando reconhecida a sua extemporaneidade em virtude de feriados locais ou de suspensão de expediente forense no Tribunal a quo (RE nº 626.358-AgR/MG, rel. Min. Cezar Peluso, Tribunal Pleno, julg. 22/03/2012).**

**6. In casu: (i) os embargos de declaração foram opostos, mediante fac-símile, em 13/06/2011, sendo que o acórdão recorrido somente veio a ser publicado em 01/07/2011; (ii) o paciente foi denunciado**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros**

pela suposta prática do crime do art. 12 da Lei nº 6.368/79, em razão do alegado comércio de 2.110 g (dois mil cento e dez gramas) de cocaína; (iii) no acórdão embargado, a Turma reconheceu a legalidade do decreto prisional expedido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão em face do paciente, para assegurar a aplicação da lei penal, em razão de se tratar de réu evadido do distrito da culpa, e para garantia da ordem pública; (iv) alega o embargante que houve omissão, porquanto não teria sido analisado o excesso de prazo para a instrução processual, assim como contradição, por não ter sido considerado que à época dos fatos não estavam em vigor a Lei nº 11.343/06 e a Lei nº 11.464/07.

7. O recurso merece conhecimento, na medida em que a parte, diligente, opôs os embargos de declaração mesmo antes da publicação do acórdão, contribuindo para a celeridade processual.

8. No mérito, os embargos devem ser rejeitados, pois o excesso de prazo não foi alegado na exordial nem apreciado pelo Superior Tribunal de Justiça, além do que a Lei nº 11.343/06 e a Lei nº 11.464/07 em nada interferem no julgamento, visto que a prisão foi decretada com base nos requisitos do art. 312 do CPP identificados concretamente, e não com base na vedação abstrata à liberdade provisória, prevista no art. 44 da Lei de Drogas de 2006.

9. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados. (HC 101132 ED, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 24/04/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-099 DIVULG 21-05-2012 PUBLIC 22-05-2012 RT v. 101, n. 922, 2012, p. 719-725)

Assim, ante o novo posicionamento de nossos Tribunais Superiores, e acompanhando tal linha de raciocínio, **entendo pela tempestividade dos presentes Embargos declaratórios**, motivo pelo qual, conheço do presente Recurso, seguindo já o posicionamento desta Segunda Câmara Criminal, quando do julgamento do Agravo Regimental nº 0137858-5/02.

Vejamos o precedente:

**PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO. MUDANÇA DE POSICIONAMENTO QUANTO À EXTEMPORANEIDADE DO RECURSO. AGRAVO TEMPESTIVO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. IMPROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.**

1. Apesar de o presente Recurso ter sido, de fato, interposto antes da publicação da decisão ora combatida, devido à mudança de entendimento dos nossos Tribunais Superiores, é de se conhecer o



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros**

8452

**presente Agravo Regimental em respeito ao instrumentalismo processual.**

2. Na decisão monocrática proferida pelo Des. Relator, restou suficientemente claro que a revisão criminal não preencheu os requisitos do art. 621 do Código de Processo Penal, pertinentes ao cabimento da referida ação.

3. No referido decisor, restou expressamente demonstrado que, apesar de suscitar violação a texto expresso de lei, constatou-se que o dispositivo utilizado como fundamento do presente Pedido Revisional, somente passou a vigor após a ocorrência dos fatos questionados no curso da ação penal correspondente, o que impede que se questione violação de texto de lei que sequer existia à época.

4. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao agravo regimental.

**Diante do exposto, conheço do presente Recurso,  
seguindo o r. mencionado julgado desta Segunda Câmara Criminal.**

Pois bem.

O julgado desta Segunda Câmara Criminal restou assim ementado:

**PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO-CRIME. DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO. CONDENAÇÃO DE EX-PREFEITO E EMPRESÁRIO. ART. 89 DA LEI 8666/93. APELOS DEFENSIVOS. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE DOLO NA CONDUTA E PREJUÍZO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. NECESSIDADE DE OBEDIÊNCIA A LEI E A MORALIDADE PÚBLICA. INDISPONIBILIDADE DOS BENS PÚBLICOS. CONDENAÇÕES MANTIDAS. ACOLHIMENTO DO PEDIDO PARA SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE NO CASO DO EX-PREFEITO.**

1. Os fatos imputados aos denunciados constituem crimes descritos na Lei de Licitações, de modo que inexistente qualquer nulidade a ser reconhecida no presente caso.

2. O tipo previsto no art. 89 da Lei nº 8.666/93 é delito de mera conduta, não exige dolo específico, consubstanciado na vontade de contratar sem licitação, quando a lei expressamente prevê a realização do certame. Independe de resultado naturalístico. Condenações mantidas.

3. Substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, e fixar o regime aberto para o início do cumprimento da pena, no caso do ex-prefeito.

M



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros

3453

É cediço que os embargos declaratórios têm por finalidade tão somente aclarar eventuais omissões ou corrigir contradições ou obscuridades existentes em quaisquer decisões (arts. 619 e 620 do CPP).

Não possuem os embargos declaratórios finalidade **modificativa**, a fim de proporcionar ao recorrente uma reapreciação do mérito da decisão. Os efeitos infringentes admitem-se de modo excepcional, quando a correção de eventuais omissões, contradições ou obscuridades acarrete a modificação do julgado.

A utilização dos embargos declaratórios com o intuito de **prequestionamento** também é restrita.

Primeiramente, é preciso ter em vista que o objetivo dos embargos declaratórios prequestionadores é solicitar ao tribunal de origem a apreciação de **questões constitucionais ou federais de direito** não analisadas no julgamento de um determinado recurso, a fim de que seja viável a interposição de recurso especial ou extraordinário.

É imprescindível, portanto, que a matéria a ser prequestionada tenha sido suscitada pelas partes no processo e que não tenha sido analisada pelo tribunal no julgamento do recurso, configurando-se, assim, uma **omissão**.

Não é possível, portanto, utilizar os embargos declaratórios com o objetivo de "prequestionar" matérias que não foram discutidas no processo; nem permitir o uso dos embargos declaratórios com esse escopo (prequestionamento) se não houve omissão do tribunal quanto às matérias suscitadas pelas partes no processo.

M



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros

1434

No caso dos autos, os embargantes defendem que não se pronunciou o acórdão embargado quanto aos pontos acima mencionados, encontrando-se a decisão questionada contraditória e obscura.

**Analisando-se os autos, verifico não assistir razão aos Embargantes.**

Quanto ao primeiro ponto ventilado pelo Embargante MANOEL TEIXEIRA, de **ausência de manifestação quanto à "infringência do PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE DAS LEIS PENAS, onde requer a NULIDADE da Ação Penal apelada por não ter sido aplicado ao presente caso o Decreto 201/67 em primeira preliminar"**, vê-se que, de fato, houve manifestação deste órgão colegiado, como se vê do trecho do julgado abaixo, lembrando que os Votos dos Desembargadores Relator e Revisor compõem o julgado:

"(...) A licitação é um procedimento inteiramente vinculado à Lei nº 8666/93, que define como crime várias atividades e comportamentos que anteriormente, em regra, apenas constituíam infrações administrativas (arts. 89 a 99) ou estavam absorvidos no conceito de determinados tipos de crimes contra a Administração (Código Penal) ou de atos de improbidade (Lei nº 8429/92). Por sua vez, os artigos 89 a 98 da Lei nº 8666/93 tipificam condutas criminosas relacionadas com a licitação e o contrato administrativo, indicando as respectivas penas, que sempre são de detenção e de multa, aplicando-se subsidiariamente os dispositivos do Código de Processo Penal. Ora, os fatos imputados ao denunciado constituem crimes descritos na Lei de Licitações, de modo que inexistente qualquer nulidade a ser reconhecida no presente caso. Rejeito assim a preliminar de nulidade arguida pela Defesa do réu MANOEL TEIXEIRA DE LIMA (...)"

Seguidamente, no que se refere ao segundo e terceiro pontos tratados por este acusado, de omissão quanto à **"tese de**

MX



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros**

345

**ATIPICIDADE DA CONDUTA DO APELANTE**, por estarem presentes os requisitos da **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**" e por "(...) não haver indícios suficientes e provas concretas que o Apelante **AGIU COM MÁ-FÉ, DOLO** e que **CAUSOU DANO AO ERÁRIO PÚBLICO** (...)", também sustentado pelo segundo embargante, quando defende que houve omissão quanto ao argumento trazido por este de ocorrência de erro de proibição (mencionando o contido às fls. 1230, em seu apelo), vê-se, novamente, expressa manifestação deste Relator em seu Voto sobre os temas acima. Vejamos.

"Ambas as defesas pugnam pelo reconhecimento da atipicidade do crime, ressaltando que os tipos penais do art. 89 da Lei nº 8666/93 somente se configuram quando praticados dolosamente e geram danos ao erário, o que não restou provado nos autos.

É certo que a jurisprudência dos tribunais superiores tem se posicionado de forma divergente. Alguns juízos de primeiro e segundo graus costumam absolver os acusados do ilícito tipificado no art. 89 da Lei de Licitações, sob a fundamentação de que se trata de crime material, cuja verificação de efetivo dano aos cofres públicos é essencial para consumação.

Estas decisões absolutórias, geralmente, utilizam como precedente o julgamento da Ação Penal Originária 261/PB no Superior Tribunal de Justiça, publicado no Diário de Justiça em 05/12/2005, onde a relatora Min. Eliana Calmon entendeu que as ações criminais que envolvem o cometimento de crimes previstos na Lei de Licitações exigem, para configuração do delito, a evidenciação do dolo específico e do dano ao erário, para que consubstanciem a justa causa para a condenação penal.

No entanto, em decisões mais recentes, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça passou a entender de forma diversa, ao sustentar que o crime previsto no art. 89 da Lei nº 8666/93 se trata de um ilícito de mera conduta, não exigindo qualquer resultado naturalístico para sua consumação (como a lesão ao erário).

Nesse sentido, trago precedentes da 5ª e 6ª Turmas do STJ, em feitos decididos à unanimidade:

(...)

Colho também outros precedentes em tribunais estaduais:

MY



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros**

(...)

A Lei nº 8.666/93, em seu art. 89, ao incriminar a conduta do administrador público que se utiliza de dispensa ou inexigibilidade em desobediência às hipóteses permissivas ou ao procedimento pertinente, não faz qualquer alusão à necessidade de dano para a consumação do ilícito.

O caput do art. 89 direciona sua proteção às regras e aos princípios inerentes à Administração Pública, como a legalidade, supremacia do interesse público, moralidade e eficiência, enquanto o parágrafo único do mesmo artigo equipara a conduta daquele que concorre para o crime, nas mesmas penas.

Não se exige a comprovação de prejuízo financeiro porque o artigo tutela um bem maior, que é a probidade do administrador.

Acaso fosse exigida a comprovação do prejuízo, muito possivelmente não haveria punição para este crime, posto que se trata de uma prova de difícil, se não impossível, produção para a acusação.

Não cabe provimento também a alegação de que o caso seria de inexigibilidade de licitação, uma vez que a necessidade de procedimento licitatório nos contratos celebrados pela Administração Pública é a regra, conforme determina o art. 37, XXI, da Constituição Federal, e o art. 2º da Lei nº 866/93.

Os casos de dispensa e inexigibilidade são considerados exceções, e só poderão ser invocados quando previstos expressamente no rol dos artigos 24 e 25 da Lei de Licitações.

Ou seja, ainda que fosse costume das gestões anteriores a contratação de serviços de transporte coletivo sem licitação, não poderia o apelante MANOEL TEIXEIRA DE LIMA, ao assumir a função de Prefeito, sabendo da existência de um parecer negativo da Procuradoria de Justiça Municipal, agir contrariamente a lei.

Também o apelante JOSE AMAURI BEZERRA JUNIOR, sabedor da necessidade de participar de procedimento licitatório para contratação de serviços de transporte, firmar contrato sem prazo com a administração pública, beneficiando-se indevidamente".

Ora, verifica-se claramente, que pugnam os acusados pelo reexame da matéria já apreciada por este órgão colegiado, quando do julgamento da apelação, como bem ressaltou a D.

1416



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros**

3457

Procuradoria de Justiça, em ambas as contrarrazões apresentadas. Vejamos trechos:

Com relação aos Embargos de Declaração de MANOEL TEIXEIRA:

"Na hipótese dos autos, o embargante, a pretexto de sanar omissão, contradição e obscuridade vislumbradas por ele no acórdão, deixa antever a utilização do recurso integrativo-retificador com a finalidade de nova valoração de provas e rediscussão de matéria apreciada clara e objetivamente por ocasião do julgamento do Recurso de Apelação Criminal, o que é repudiado pela jurisprudência". Tanto é assim que ele insiste na questão da existência de omissão, contradição e obscuridade no acórdão por não terem sido supostamente enfrentadas as questões relativas (...), tal como fizera nas razões do Recurso de Apelação Criminal (fls. 1.246/1.284).

Nesse contexto e tendo em vista que os embargos não se prestam a discutir matéria já examinada no acórdão embargado, como pretendido pelo embargante, impõe-se a sua rejeição (...)"

Com relação ao segundo Embargante, manifestou-se também neste sentido, pugnando pela manutenção do julgado.

Assim, não se observa qualquer omissão, contrariedade ou obscuridade no julgado embargado.

Ante o exposto, conhecendo dos recursos, meu voto é pela rejeição dos Aclaratórios.

Recife, de setembro de 2013.

  
**Des. Mauro Alencar de Barros**  
Relator